



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3057, de 2000, do Sr. Bispo Wanderval, que “ inclui no § 2º no art. 41 da Lei nº 6.776, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único” (estabelecendo que, para registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação por outro órgão). – PL 3057/00

PROJETO DE LEI Nº 3.057, DE 2000. (do Sr. Bispo Wanderval)

Inclui o § 2º no artigo 41, da Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único.

EMENDA N.º

Acrescente-se, onde couber, ao Projeto de Lei em referência os dispositivos com a seguinte redação:

Art... A área de preservação permanente poderá ser transposta pelo sistema viário ou utilizada para a implantação e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais ou atividades consideradas de utilidade pública, bem como para obras exigidas pelo Poder Público ou por concessionária e serviços públicos, desde que a intervenção seja de baixo impacto ambiental.

§ 1º A área de preservação permanente localizada em empreendimentos disciplinados por esta lei, poderá ser considerada área pública no loteamento ou desmembramento, ou área de uso comum nos condomínios urbanísticos, devendo a comunidade zelar pela sua proteção e integridade, sem prejuízo das responsabilidades do Poder Público.

§ 2º - As áreas de preservação permanente não poderão integrar lotes ou unidades autônomas

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta preliminar e parcial de substitutivo do Relator ao Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, no § 2º do artigo 15, merece ter sua redação repensada e aprimorada pelas razões seguintes:

As áreas de preservação permanente não podem integrar unidades autônomas, eis que nelas está proibida a sua utilização para fins de moradia ou uso privativo. Se o poder público admite o parcelamento e venda de unidades em APPs, os respectivos compradores sentir-se-ão lesados ao constatarem a impossibilidade de utilização da área para os fins de ocupação como área de moradia, além do potencial de dano a uma área que integre os parcelamentos nas proporções admitidas no presente diploma normativo.

Sala de sessões, em 11 julho de 2006

Deputado GUSTAVO FRUET